



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

PARECER

Análise das impugnações apresentadas ao processo licitatório da modalidade Pregão Presencial 104/2014

Tratam-se das seguintes impugnações: Protocolo 9274/2014 - (1) Roda Brasil Comércio de Peças para veículos Ltda e protocolo 9275/2014 - (2) Copal Com de Pneus e Acessórios Ltda - nos autos do certame licitatório -Pregão Presencial nº 104/2014.

A empresa (1) impugnante requer a exclusão do edital no item, "a) declaração da ANIP (Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos) da marca cotada.

A empresa (2) impugnante requer a exclusão do edital dos seguintes itens "1.1 Alínea J - II - Certificado de Regularidade expedida pelo Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; III - Declaração da ANIP de que o fabricante possui registro na Associação Nacional dos Fabricantes Pneumáticos; IV - Declaração de que dispõe de suporte técnico em território nacional e garantia dos produtos".

Os recursos são tempestivos - protocolizados em 19/19/2014, nos termos do art. 41 §2º, da Lei 8.666/93, dessa forma, passa-se à análise de mérito dos mesmos.

O edital do pregão presencial nº 104/2014 tem em suas discriminações conforme seu objeto a seguinte especificação:

"Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pneus novos, câmaras de ar novas e protetores novos para a frota de veículos e máquinas de todos os setores da administração pública".

O edital no quesito "VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO", estabelece "1.1 PARA AS EMPRESAS CADASTRADAS no Município de Coronel Vivida", os seguintes requisitos:

- a) **Certificado de Registro Cadastral - CRC**, válido na data limite fixada para apresentação dos documentos neste Pregão;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a **Tributos Federais**;
- c) Certidão Negativa de **Tributos Estaduais**;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

- d) Certidão Negativa de **Tributos Municipais**, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
 - e) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social (**INSS**);
 - f) Certificado de Regularidade do **FGTS**;
 - g) Certidão simplificada da **Junta Comercial** do Estado Sede da empresa ou da repartição competente (Cartório de Registro de Títulos e Documentos, quando a empresa estiver registrada no mesmo), **com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição**.
 - h) **Declaração de fatos impeditivos**, recebimento da documentação e não contratação de menor (ver modelo conforme Anexo III).
 - i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com validade igual ou posterior à data prevista para a abertura desta Licitação (www.tst.jus.br/certidao).
 - j) Documentos Técnicos, para os itens que se aplicam conforme anexo I.
- I – Certificado do IQA – Instituto de Qualidade Automotiva (Licença de uso da marca da conformidade para pneus novos, conforme requisitos do Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade) com Certificado de Qualidade do INMETRO – conforme portaria nº 5 de 14/01/2000 e Portaria nº 35 de 05/03/2001.
- II – Certificado de Regularidade expedido pelo Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- III – Declaração da ANIP de que o fabricante possui registro na Associação Nacional dos Fabricantes Pneumáticos.
- IV – Declaração de que dispõe suporte técnico em território nacional e garantia dos produtos.

As empresas acima identificadas apresentaram no alegaram conter exigência ilegal e restritiva a participação dos interessados no processo licitatório.

Ao final, requerem seja julgada procedente a impugnação para fins de que seja excluído do texto editalício a exigências sobre os itens II, III e IV acima transcritos, por frustrar o caráter competitivo do certame.

Ocorre que o edital em análise contém exigência que visam que os pneus a serem adquiridos possuam a qualidade e a segurança necessária para que o Município preste os serviços públicos essenciais de transporte escolar, coleta de lixo, etc – com seus veículos, de maneira satisfatória e eficiente.

Veja-se o estabelecido na Carta Magna em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Não há que se falar que o edital do certame licitatório feriu qualquer princípio que regem as licitações, não havendo infringência ao princípio constitucional da isonomia, uma vez que as exigências constantes no edital visavam atender as necessidades da Administração Pública

Ora tal exigência não é destituída de fundamento, tem respaldo no mundo jurídico, qual seja o art. 15, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, *in verbis*:

Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. (Grifo nosso).

A Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, alterou a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como estabeleceu que o disposto nesta Lei aplica-se à modalidade licitatória pregão.

Por isonomia, de acordo com Ruy Barbosa, entende-se *“igualdade entre os iguais, e a desigualdade entre os desiguais na exata medida de suas desigualdades”*

Ensina Marçal Justen Filho, que é perfeitamente lícita a existência de cláusulas restritivas no certame:

“O disposto não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas de participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Vedam-se cláusulas desnecessárias ou inadequadas, cuja previsão seja orientada não para selecionar proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse coletivo, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisadas conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A vedação não reside em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, inciso XXI, da



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

CF. A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcional à necessidade da administração. O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para a seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda que diretamente, prejudiquem o caráter competitivo da licitação”.¹

Ademais, não há qualquer especificação que comprove o desrespeito ao princípio da competição visto que o procedimento licitatório faz uso do critério mais apropriado ao interesse público e atende as normas pertinentes nos termos do artigo 40, inciso XVII da Lei Federal 8.666/93, veja-se:

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

XVII - *outras indicações específicas ou peculiares da licitação*”.

O artigo 3º da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei 12.349/2010, preconiza o seguinte:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Dessa forma, pode a Administração estabelecer critérios para melhor atender suas necessidades – visando a qualidade, assistência e segurança dos produtos adquiridos, não havendo nada de ilegal nesse procedimento.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa,

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Ed., Dialética, p. 61 e 62.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ

da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos (Lei nº 8.666/93, no seu artigo 3º, caput).

Desta forma, ao fazer a exigência do referido item no Edital, age o ente público, sob a égide da discricionariedade ao fazer valer as normas do edital, dentro do limite do legal e do legítimo, as quais não têm o condão de frustrar o caráter competitivo da licitação.

Assim, não se vislumbra qualquer ilegalidade, nem impertinência ou prescindibilidade.

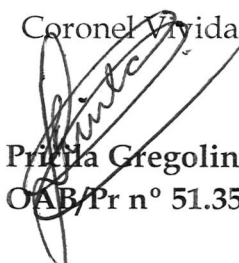
O Tribunal de Contas da União apresenta os seguintes entendimentos:

Observe, especialmente em relação à interpretação em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e os princípios que regem o processo licitatório, as regras estabelecidas no parágrafo único do art.7º do Decreto nº 3.555/2000, e no art. 5º caput e parágrafo único, do Decreto nº 5.450/2005. Acórdão 536/2007 Plenário.

O princípio que refuta a restrição ao caráter competitivo não é absoluto, representando essencialmente a expressão sintetizada de uma orientação vista em caráter de generalidade, a admitir, por óbvio, excepcionalidades que sejam conduzidas por circunstâncias ensejadoras de determinada feição fora do comum. Acórdão 1631/2007.

Desta forma, essa Assessoria Jurídica sugere o acolhimento das impugnações, mantendo-se as previsões editalícias impugnadas, se assim a autoridade competente entender conveniente e oportuno, devendo ficar garantida a participação da empresa como licitante desde que atendam as determinações editalícias.

Coronel Vivida, 23 de agosto de 2014.


Priscila Gregolin Gugik
OAB/Pr nº 51.356